



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA – DAEC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

GIZELIA PEREIRA DE LIMA

**O PROCESSO LOGÍSTICO DA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE
REMÍGIO - PB**

CAMPINA GRANDE – PB
2017

GIZELIA PEREIRA DE LIMA

**O PROCESSO LOGÍSTICO DA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE
REMÍGIO - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, em forma de artigo para obtenção do grau de Bacharela de Administração.

Área de Concentração: Logística

Orientador: Profa. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira

**CAMPINA GRANDE – PB
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732p Lima, Gizelia Pereira de.
O processo logístico da merenda escolar no município de Remígio - PB [manuscrito] : / Gizelia Pereira de Lima. - 2017.
19 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira, Coordenação do Curso de Administração - CCSA."

1. Logística. 2. Instituição pública. 3. Operações logísticas.
4. Alimentação escolar. 5. Merenda escolar.

21. ed. CDD 658.5

GIZELIA PEREIRA DE LIMA

10,0 (dez)
②

**O PROCESSO LOGÍSTICO DA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE
REMÍGIO - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, em forma de artigo para obtenção do grau de Bacharela de Administração.

Aprovada em: 18 / 12 / 2017 .

BANCA EXAMINADORA

Viviane Barreto Motta Nogueira

Prof. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria Dilma Guedes

Profa. MSc. Maria Dilma Guedes (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria Marluce Delfino da Silva

Profa. Esp. Maria Marluce Delfino da Silva (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

CAMPINA GRANDE - PB

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado força, sabedoria e coragem para superar as dificuldades, me ajudando a realizar esse sonho.

Aos meus pais que sempre estiveram presentes em todos os momentos de minha vida, servindo de fonte de inspiração para que eu quisesse seguir em frente.

Ao meu esposo pela paciência, parceria e incentivo.

Aos meus professores do curso de Administração da UEPB; bem como aos colaboradores da Casa da Merenda do município de Remígio – PB; em especial ao Coordenador Sr. Roberval Pereira da Silva por disponibilizar o material para pesquisa.

À minha família, meus amigos e companheiros de trabalho por me incentivarem e acreditarem na minha capacidade de superação.

À Profa. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira, minha orientadora, sem seu apoio e dedicação tudo teria sido mais difícil.

Às Professoras Dilma e Marluce pela participação na banca examinadora e por compartilharem um dos momentos mais importante de minha vida.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1	LOGÍSTICA E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	7
2.2	PROCESSOS LOGÍSTICOS	8
2.3	MERENDA ESCOLAR NO BRASIL	9
3	METODOLOGIA	12
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	13
4.1	COMPRAS	13
4.2	RECEBIMENTO.....	14
4.3	ARMAZENAMENTO	14
4.4	SEPARAÇÃO	15
4.5	EXPEDIÇÃO	15
4.6	DISTRIBUIÇÃO	15
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
	REFERÊNCIAS	17

O PROCESSO LOGÍSTICO DA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE REMÍGIO - PB

LIMA, Gizelia Pereira¹
NOGUEIRA, Viviane Barreto Motta²

RESUMO

Nos últimos anos a logística tem ganhado bastante relevância no tocante a sua importância como ferramenta estratégica dentro das organizações privadas e públicas. No que se refere a esfera pública, cada vez mais torna-se necessário um olhar especial objetivando otimizar cada vez mais a logística dos produtos destinados a alimentação escolar, uma vez que, é fundamental que os alimentos cheguem às escolas e creches municipais, no menor espaço de tempo, com qualidade e na quantidade necessária, já que é obrigação garantir esse direito aos estudantes. Portanto, o presente artigo tem por objetivo descrever o processo logístico envolvido na alimentação escolar do município de Remígio - PB, a fim de aperfeiçoar o atendimento desse serviço junto à comunidade. O tipo de pesquisa utilizado foi descritivo de caráter exploratório, bibliográfica, documental, qualitativa e estudo de caso. Para tanto, foi realizada uma entrevista com o responsável pelo setor com o intuito de se obter o máximo possível de informações acerca do processo logístico e também análise documental dos processos desenvolvidos pela Casa da Merenda na aquisição, armazenamento e distribuição dos alimentos. Verificou-se que todo o processo logístico da alimentação escolar no município de Remígio, ocorre de forma satisfatória respeitando todos cuidados que cada etapa do processo requer, desde a compra dos itens até a distribuição para as escolas e creches municipais, não sendo detectado nenhum problema grave que venha afetar a qualidade da alimentação dos alunos.

Palavras-Chave: Logística. Instituição Pública. Operações Logísticas. Alimentação Escolar.

¹ Graduanda em Administração pela UEPB. E-mail: <gizeliadm@hotmail.com>

² Profa. Orientadora Doutora em Administração pela UFPB. E-mail: <vivibmn@gmail.com>

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se notado a ocorrência de mudanças no sistema de gestão pública de maneira expressiva e relevante nos paradigmas da administração pública. Como destaca Ribeiro (2010), atualmente existe um movimento que tem como principal objetivo promover a modernização da Gestão Pública brasileira em consonância com os moldes das organizações empresariais privadas conhecida como Nova Gestão Pública. De acordo com Junquillo (2010), esse processo traz para a agenda do setor público, novos temas que antes não faziam parte do contexto político em nosso país, principalmente com relação à orientação dos serviços públicos visando a satisfação eficiente das demandas advindas dos cidadãos, isto é, hoje procura-se voltar o foco da Administração Pública para o cidadão e suas necessidades.

Neste sentido, logística tem papel fundamental no processo administrativo, trazendo uma visão de funcionamento do todo, considerando vários autores como: Costa (2000); Starks, (2006); Aberdeen Group (2008), que tratam as funções logísticas de uma organização pública e suas peculiaridades e as distinguem de suas correlatas no setor privado. Entretanto, essas diferenças não apagam as semelhanças, tendo em vista que operações logísticas no setor público ou na implementação de políticas públicas continuam a ser operações logísticas.

Através das operações logísticas compreendemos como funciona todo o processo de planejamento, aquisição, recebimento, estocagem e distribuição de produtos, de maneira que otimize o processo de controle e de economia de recursos, contribuindo para diminuir a distância entre a produção e a demanda, de modo que todos tenham acesso a bens e serviços com qualidade e no mais breve espaço de tempo.

O conceito da logística tem evoluído e ganhado relevância no tocante a sua importância como ferramenta estratégica dentro das organizações privadas e públicas. No que se refere a esfera pública cada vez mais torna-se necessário um olhar especial objetivando prestar melhores serviços em relação a logística da merenda escolar. É de fundamental importância que a merenda chegue às escolas municipais, no menor espaço de tempo, com qualidade e na quantidade necessária, já que é obrigação garantir esse direito do aluno.

Diante do exposto, o presente trabalho busca resposta para o seguinte questionamento: como os processos logísticos podem otimizar o serviço da merenda das escolas da Prefeitura Municipal de Remígio – PB? Desta forma, o objetivo deste artigo é descrever o processo logístico da merenda escolar realizado pela Prefeitura do Município de Remígio - PB, a fim de otimizar o atendimento desse serviço junto à comunidade.

Tendo em vista que a logística faz a interface entre os fornecedores, a empresa e os clientes, ela passa a ser responsável por assegurar o desempenho de todos os sistemas que reabastecem os insumos e distribuem os produtos até aos consumidores (SAKAI, 2005). Os estudos focados nos processos logísticos da merenda escolar são imprescindíveis pois tratam do mapeamento da demanda, planejamento das compras, compras (licitação), recebimento, armazenamento, separação, expedição, distribuição e fiscalização, com o intuito de gerar dados e materiais didáticos capazes de aprimorar cada vez a dinâmica da alimentação escolar.

Diante do exposto, a relevância deste trabalho, justifica-se, considerando que se apresenta a descrição dos processos logísticos de alimentação escolar, e que tal detalhamento pode fomentar a melhoria dos processos logísticos de outras escolas ou até mesmo instituições de outros segmentos, tendo em vista que as etapas executadas e especificadas aqui, já foram consideradas como referências e formalmente reconhecidas na região.

É válido ressaltar que o este trabalho dispõe da seguinte estrutura: Resumo, Abstract, Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Apresentação dos Resultados, Considerações Finais e Referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LOGÍSTICA E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Inicialmente, a logística foi desenvolvida na área militar para designar atividades de suprimentos, estocagem, movimentação e transporte de bens, tais como: remédios, equipamentos, armamentos, uniformes e tropas. A logística teve um maior desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, encontrando novas aplicações, ampliando sua atuação para a indústria, comércio e serviços em geral.

A logística é o conjunto de atividades relacionadas desde a obtenção de materiais até a satisfação dos consumidores de qualquer organização, por meio da venda ou do oferecimento de um produto ou serviço, ela encarrega-se de gerir o processo físico e de informação, de compra da organização, receber os produtos ou serviços, organizar e controlar os estoques e distribuir esses produtos para o consumidor final (ASSINI et al., 2012).

Segundo Dias (2010), a logística está dividida em dois principais subsistemas de atividades, são eles: a administração de materiais e o transporte/distribuição física, cada qual envolvendo o controle da movimentação e a coordenação demanda-suprimento. Uma outra definição, defendida pelo Council of Logistics Management (CLM) e que logística são os processos da cadeia de suprimentos que planejam, estruturam e controlam, de forma eficiente

e eficaz, o fluxo de armazenamento dos bens, dos serviços e da informação relacionada desde o ponto de origem até o ponto de consumo para satisfazer o requisito do cliente (CLM, 2000).

Nas instituições públicas, a logística também é utilizada, pois, assim como as instituições privadas, elas têm necessidades de adquirir produtos ou serviços, que após as compras devem ser recebidos, armazenados e distribuídos para o consumo, possibilitando a prestação de um serviço público (ASSINI et al., 2012).

Após o processo de compras (licitação), pode haver diversas falhas e são raros os casos em que a logística funciona ou é aproveitada para melhorar a qualidade dos serviços públicos (ASSINI et al., 2012). De acordo com Monteiro (2010), na organização pública, a missão do gestor é estabelecer o nível de atividades logísticas necessário para atender ao público-alvo organizacional no tempo certo, no local certo e nas condições e formas desejadas, de forma economicamente eficaz, eficiente e efetiva no uso dos recursos públicos.

Segundo Welter (2006), as organizações públicas ainda carecem de uma profissionalização nesta ciência. Implementar tarefas que maximizem os processos logísticos na esfera pública e controlá-las não é tão complexo como se parece, entretanto, exige um conhecimento que deve estar alinhado aos conceitos existentes na esfera privada à realidade e operacionalidade da esfera pública. Prover o abastecimento de materiais no lugar certo, na hora certa e na quantidade certa requer uma dose de planejamento alinhado aos parâmetros legais e culturais vivenciados nas organizações públicas.

Assim, para Vaz e Lotta (2011), parece razoável supor que seja possível encontrar na gestão das políticas públicas a necessidade de identificar as dimensões logísticas de seu processo decisório. Ou, dito de outra forma: gerenciar uma política ou serviço público requer também um componente logístico, nem sempre valorizado na literatura sobre gestão das políticas públicas, mesmo nos estudos mais relacionados à implementação de políticas.

2.2 PROCESSOS LOGÍSTICOS

A importância atribuída aos processos que interferem diretamente na eficiência das organizações e políticas públicas abriu um espaço para que atividades de cunho logístico fossem objeto de maior atenção dos gestores públicos. A seguir, serão apresentadas as funções logísticas básicas como gestão da cadeia de suprimentos que passaram a ser objeto de intervenções significativas no sentido de garantir um objetivo perseguido pela logística também nas empresas privadas: maior integração dos serviços logísticos e controle sobre as cadeias de suprimento (STARKS, 2006).

Salgado (2014), apresenta um modelo de operação logística composto de atividades que são a essência da logística, tais como: comprar, receber, armazenar, separar, expedir e distribuir, conforme descrição no Quadro 1, exposto, a seguir:

Quadro 1 - Operações logísticas

Operações Logísticas	
1. Compras	Se inicia após o planejamento de necessidades, que sugere as ordens de compras e de produção.
2. Recebimento	Confirma a existência do pedido e confere a nota fiscal confirmando preços, impostos, quantidades de caixas recebidas etc.
3. Armazenagem	Compreende a organização do espaço físico (almoxarifado), o endereçamento para guardar os materiais, a descrição dos processos e procedimentos da equipe e equipamentos de movimentação dos materiais armazenados e todo o sistema de informação para atender aos pedidos.
4. Separação	Surge com os pedidos e depende da organização e da qualidade dos processos anteriores, principalmente do endereçamento e da armazenagem e movimentação.
5. Expedição	Garante que os produtos relacionados nos pedidos e separados no estoque estão de acordo com as especificações e quantidades corretas, para depois fazer a emissão dos documentos e transportes.
6. Distribuição	Tem como finalidade entregar o produto certo, na hora certa e no local certo.

Fonte: Adaptado de Salgado (2014).

Melhorias feitas nessas etapas podem representar um grande diferencial competitivo para uma empresa, especialmente para as empresas públicas que convivem diariamente com o desafio de aprimorar seus serviços a fim de garantir a execução do seu planejamento com maior qualidade e menos custos. Na merenda escolar, é importante conhecer cada um desses processos operacionais sem nunca perder a visão do todo.

2.3 MERENDA ESCOLAR NO BRASIL

A escola é um espaço social onde muitas pessoas passam grande parte do seu tempo, convivem, aprendem e trabalham, portanto, torna-se um ambiente favorável para o desenvolvimento de ações para a promoção da saúde, bem como formação de hábitos alimentares saudáveis, atingindo os estudantes nas etapas mais influenciáveis da sua vida, seja na infância ou na adolescência (FERNANDES, 2006). É também na escola que muitas crianças realizam suas refeições, fazendo escolhas que revelam suas preferências e hábitos alimentares (ZANCUL, 2004).

A merenda escolar passou a ser discutida no país após as décadas 1930 e 1940, através de movimentos sociais e de iniciativas para arrecadar fundos, para fornecer alimento aos alunos da rede pública de ensino. A proposta de oferecer alimentação nas escolas era defendida, mas o governo não tinha recursos financeiros. O governo Federal não tinha vínculo

com essas iniciativas, mas observou a importância da alimentação escolar para a permanência dos estudantes nas escolas, e também a diminuição da desnutrição infantil no país. Em 1950, apenas alguns alunos começaram a receber alimentação no período de aula, pois o governo não tinha estrutura organizacional para alimentar todos os estudantes do Brasil. No início, o alimento era fornecido através de doações de organizações internacionais. O governo Federal passou então a distribuir esses alimentos às crianças com maior índice de desnutrição, começando pelo Nordeste onde a alimentação era mais escassa. No ano de 1960 com a diminuição das doações, o Governo Federal começa a comprar produtos brasileiros para a alimentação escolar. (CHAVES; BRITO, 2006).

A Campanha Nacional de Alimentação Escolar passou a fazer parte do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), mas somente em 1979 esse projeto passou a ser chamado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e passou por ampliação e melhoria em 2009 com a Lei nº 11947, onde incluiu a alimentação como um direito do aluno e um dever do Estado.

Até 1993, a execução do programa se deu de forma centralizada, ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, comprava os alimentos por licitação, contratava laboratórios para assegurar o controle de qualidade e ainda distribuía os alimentos em todo o território nacional. Mas, em 1994, a partir da Lei nº 8.913, deu-se início a descentralização e foram feitos convênios para que os municípios e os estados atendessem aos alunos de suas redes (BRASIL, 2017).

De 2000 a 2010, também houveram consideráveis aperfeiçoamentos na merenda escolar. Através de novas leis, ficou estabelecido que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal devem ser aplicados exclusivamente em produtos básicos, com o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município. Também foi estabelecido que no mínimo, 30% dos repasses do FNDE devem ser investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Assim, a merenda escolar passou a ser parte estratégica importante para o desenvolvimento pedagógico, social e ambiental (BRASIL, 2017).

Atualmente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atinge mais de 97% das escolas públicas urbanas e 98% das rurais do Brasil, e tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos e incentivar a prática de hábitos alimentares saudáveis durante sua permanência na escola. Hoje, é de senso comum a relevância deste programa para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar (FNDE, 2006).

De acordo com Carvalho (2008), um estudo liderado por Sturion et al. (2005), mostrou que a merenda ainda é extremamente necessária em algumas regiões, visto que segundo o levantamento, a alimentação escolar é considerada a principal refeição do dia para 56% dos alunos da Região Norte e para 50% dos alunos da Região Nordeste. O estudo ainda destaca que os alunos preferem refeições com alimentos mais fortes do que alimentos voltados apenas para lanches. Contudo, é preciso ter ciência que a alimentação escolar não pode ser utilizada simplesmente como estratégia emergencial de combate à fome, mas sim como espaço privilegiado para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Ainda, segundo Carvalho (2008), em um estudo feito na cidade de João Pessoa, na Paraíba, foi evidenciado que o planejamento de cardápios variados, proporciona a oferta dos macronutrientes necessários à saúde das crianças, bem como a oferta de fibras, vitaminas e minerais presentes especialmente nas frutas e hortaliças, sendo fundamental o estímulo ao consumo desses alimentos pelos alunos (CARVALHO, 2008). Isto ocorre, porque a merenda escolar auxilia no desenvolvimento dos hábitos alimentares das crianças e estas, por sua vez, podem se tornar multiplicadoras em suas casas, incentivando os pais no consumo de alimentos diferentes (CERVATO-MANCUSO, 2013).

Dias e Escouto (2016) ressaltam que é de suma importância que a merenda escolar, seja acompanhada por um órgão fiscalizador da execução de toda alimentação escolar, preferencialmente formado por pais de alunos, professores e representantes do poder executivo e legislativo. O Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu artigo 54 determina que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente total gratuidade a vários serviços escolares entre eles, a alimentação (OLIVEIRA, 2013).

As compras dos alimentos destinados às escolas também impulsionam o desenvolvimento local, pois muitas vezes envolve os produtores, as associações e as cooperativas locais no mercado institucional de compra de alimentos para a merenda escolar. Algumas prefeituras optaram também por criar leis municipais de incentivo à associação de agricultores locais, outras dão assistência técnica para a produção e a comercialização e algumas também utilizam programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Dentro desta proposta de inclusão da produção local, o cardápio da alimentação escolar acaba resgatando a cultura alimentar regional e também promovendo ganhos em termos nutricionais (BELIK; CHAIM, 2009).

A meta do abastecimento regional do programa de merenda deve levar em consideração as condições de disponibilidade de alimentos na região. Em cada caso, as dificuldades operacionais dependerão das características regionais e de infraestrutura pública,

variando desde situações onde as condições de abastecimento são plenamente suficientes, até situações onde tais condições inexistem (VIANNA; TERESO, 2000).

3 METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho é descrever o processo logístico envolvido na alimentação escolar do município de Remígio - PB, a fim de otimizar o atendimento desse serviço junto à comunidade. Assim, o estudo tomou como base o que diz Vergara (2011), quando classifica a pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios.

Partindo do exposto, a pesquisa caracterizou-se quanto aos fins, como: **exploratória**, por se tratar de uma “investigação exploratória, que não deve ser confundida com leitura exploratória, é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (VERGARA, 2011, p. 47). E também, como: **descritiva**, considerando que “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno” (idem, p. 47).

Quanto aos meios a pesquisa classificou-se como **documental** por ser “... realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas...” (idem, p. 48) e **bibliográfica** “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (idem, p. 48). Considerou-se, também um **Estudo de caso**, haja vista que “é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento” (idem, p. 49).

O Objeto de estudo foi a Casa da Merenda do Município de Remígio - PB, onde pode-se identificar a caracterização de como ocorre o processo logístico da merenda para alunos das escolas municipais, desempenhado pela equipe que coordena a Casa da Merenda, vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Remígio - PB.

O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada com o coordenador da Casa da Merenda, o Sr. Roberval Pereira da Silva que é responsável pela alimentação escolar municipal. Estas entrevistas foram realizadas nos meses de setembro e outubro de 2017, com a aplicação de questões abertas com o objetivo de detalhar como ocorre todo o processo logístico desempenhado pelo órgão que é responsável, cujo roteiro seguiu o modelo teórico adaptado de Salgado (2014), abordando as seguintes variáveis: compra, recebimento, separação, armazenamento, expedição e distribuição.

A respeito da análise dos documentos, estes foram coletados na Prefeitura Municipal de Remígio através de materiais disponibilizados pela Casa da Merenda e pela Secretária de Educação. Dentre os materiais consultados estão editais de licitação para compra de merenda escolar e informativos dos seus resultados.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório, os resultados foram analisados com base nas respostas obtidas através da entrevista realizada junto ao gestor da casa da merenda da rede pública municipal de Remígio - PB, através da análise de conteúdo que segundo Bardin (2011, p. 15) “...é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa do trabalho, apresenta-se a descrição do processo logístico envolvido na alimentação escolar do município de Remígio – PB, conforme exposição, a seguir:

4.1 COMPRAS

Pode-se constatar que as compras são realizadas por dois processos: licitação e chamada pública. Normalmente a licitação ocorre no início do ano, na modalidade pregão ou adesão de ata, de acordo com a lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o decreto nº 3.931/2001 respectivamente. A chamada pública visa para atender a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para compra de alimentos da agricultura familiar, sendo no mínimo duas chamadas anuais, e sobretudo, respeitando a sazonalidade dos alimentos locais.

Para que este processo ocorra, o município de Remígio articula através da Secretaria de Educação e Casa da Merenda uma circular em formato de convite aos fornecedores, e este, é anexado em algumas repartições, como: Secretária de Agricultura, Secretária de Educação, Casa da Merenda, Centro Administrativo, EMATER, e Sindicato do Agricultores(as), concordando com Salgado (2014) o processo de compras se inicia após o planejamento de necessidades, que sugere as ordens de compras e de produção.

Após isso, são feitas reuniões com os fornecedores aprovados em edital e são feitos alguns encaminhamentos que mais adiante, ajudarão a discutir preços dos alimentos baseados em pesquisas locais. Um mapeamento da produção é realizado em algumas fases do ano, para em seguida ser elaborado o cardápio de acordo com a produção local. Após a coleta desses dados, é lançado o edital da chamada pública.

4.2 RECEBIMENTO

O recebimento de itens secos, como feijão, macarrão, arroz e outros itens mais é geralmente realizado uma vez ao mês, ou de acordo com a necessidade local. O recebimento das carnes acontece semanalmente, de acordo com a demanda a ser utilizada na semana, levando em consideração ser alimentos perecíveis que precisam de um armazenamento, o acondicionamento adequado e sua vida útil de prateleira (tempo de consumo). O recebimento de frutas e verduras ocorre semanalmente, geralmente às segundas e às terças de cada semana, mas também pode haver pedidos extras de acordo com a necessidade.

Quando os alimentos chegam na casa da merenda, são vistoriados a validade nas embalagens e os alimentos da classe das frutas e hortaliças são pesados na hora do recebimento e imediatamente é realizado uma avaliação da sua qualidade. Em seguida, é emitido a nota de recebimento dos alimentos em duas vias e assinadas, onde são arquivadas para prestação de contas (uma via) e a outra fica com o/a fornecedor(a). É importante ressaltar que um sistema eficiente de recebimento deve ter, como um dos seus requisitos, um gerenciamento geral, que irá determinar, entre outras, as seguintes vantagens: racionalização e agilização, no âmbito operacional, das rotinas; procedimentos, em todos os segmentos do processo; estabelecimento de critérios administrativos mais adequados para tratamento de pendências; minimização das ocorrências de erros no processamento das informações (VIANA, 2010).

4.3 ARMAZENAMENTO

Pozo (2010) define o armazenamento como sendo o processo que envolve administração dos espaços necessários para manter os materiais estocados. No município de Remígio, o armazenamento e acondicionamento dos alimentos que são conseqüentemente destinados a alimentação escolar para atender todas as escolas (rurais e urbanas) e creches do município contam com uma estrutura que armazena e acondiciona os alimentos para garantir a qualidade e integridade dos alimentos.

A casa da merenda possui na sua estrutura *pallet's* e prateleiras, para permitir o correto armazenamento dos alimentos, além de freezers que acondicionam as carnes e polpas de frutas, e as caixas de isopor para armazenar os bolos e as tapiocas, que por sua vez, mantém a temperatura adequada até seu destino final, seja a escola ou creche. Vale ressaltar aqui que todo o armazenamento segue as recomendações do PNAE, que define alguns princípios para o correto armazenamento, a exemplo de: os gêneros alimentícios devem ser armazenados

separadamente dos produtos de limpeza, pertences pessoais e materiais em desuso; o armazenamento deve ser feito considerando-se as condições dos alimentos: perecíveis, semiperecíveis e não perecíveis; o armazenamento deve ser feito por ordem de vencimento e com a devida identificação, por lotes (BRASIL, 2008).

4.4 SEPARAÇÃO

Para Moura (2004), a separação de insumos tem um papel importante e deve ser realizado com extrema atenção e cuidado, pois se tiver itens do pedido errados, não atenderá as necessidades e satisfação dos seus clientes, o que poderá resultar em futuros clientes insatisfeitos.

Com relação a separação dos alimentos, observou-se que os itens são separados para serem entregues às escolas e creches de acordo com o cardápio semanal, o coordenador da casa da merenda mediante o cardápio sabendo a quantidade de alunos, seja escola ou creche encaminha através de uma lista (padronizada) de todos os itens que compõem o cardápio, preenche a lista e em seguida é feita a separação de acordo com a lista.

4.5 EXPEDIÇÃO

De acordo com o Dicionário de Logística (2015), a expedição é a função que realiza e garante a separação e envio correto de peças, produtos e componentes aos clientes e inclui embalagem, identificação, pesagem e carregamento de veículo para transporte. Para Tompkins et al. (1984), a expedição pode ser também definida como uma conduta por onde passa o artigo de maior valor nas instalações.

Na Casa da Merenda os alimentos, por sua vez são expedidos por demanda, de acordo com os cardápios escolares. Todos os produtos que serão destinados a alimentação escolar passam pelo controle do coordenador da Casa da Merenda. Através de lista de pedidos esses alimentos são encaminhados ao seu destino final por um carro exclusivo para entregas dos alimentos nas escolas e creches do município de Remígio.

4.6 DISTRIBUIÇÃO

Sakai (2005) define a logística de distribuição como o processo de planejar, executar e controlar o fluxo dos produtos nos canais de distribuição até os clientes finais. No município de Remígio, a merenda é distribuída de acordo com a quantidade de alunos por escola ou

creche, respeitando o cardápio semanal de cada instituição. Para tornar a distribuição mais efetiva, são realizadas visitas semanais não agendadas do coordenador da Casa da Merenda para conferência dos estoques nas escolas e creches.

Nas escolas e creches são as próprias merendeiras que recebem os alimentos e elas mesmas realizam a conferência dos itens no ato da entrega mediante a lista que vai em anexo. Em seguida, após ser conferida e assinada e a lista volta para a casa da merenda ser arquivada. É importante frisar que se no momento da conferência forem detectadas inconformidades (machucados oriundos do transporte inadequado, produtos com embalagens violadas, data de validade ultrapassada e etc.) as merendeiras são orientadas a devolver os itens com problemas. Destarte, que as merendeiras receberam capacitação para recebimento e conferência dos itens para assegurar a qualidade dos alimentos destinados à alimentação dos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi detalhar como ocorre todo o processo logístico da alimentação escolar do município de Remígio - PB, através da pesquisa de campo e análise documental.

Não foram detectados problemas graves em todo o processo, pois os principais pontos críticos como: recebimento, armazenamento, distribuição e inspeção e higiene, são fiscalizados de perto pelo coordenador da Casa da Merenda.

A eficiência na entrega dos alimentos foi outro fator observado. Não foi constatado nenhum atraso na entrega dos alimentos, o que seria um problema muito grave visto que, para a grande maioria dos alunos da rede municipal de ensino, esta é a refeição mais completa e equilibrada nutricionalmente, dada a vulnerabilidade social em que se encontram.

Vale salientar que a transparência no processo de distribuição dos alimentos se dá por meio de uma lista que vai em anexo para que seja realizada a conferência dos itens destinados as escolas e creches. Geralmente, só uma via da lista é enviada, que após chegar nas escolas e creches e serem conferidas são feitas fotocópias que serviram para o próprio controle das unidades que estão recebendo os produtos e também para servir como documento comprobatório. É importante ressaltar que todo o controle de entradas e saídas dos alimentos através dos documentos de licitação, recibos, registro de fixação de preços e várias outras informações já citadas no decorrer deste trabalho contribuem para facilitação da prestação de contas junto ao tribunal de contas.

O processo de compras da cidade privilegia os produtores locais e a alimentação saudável, mantendo a sustentabilidade dos agricultores e a qualidade nutricional das refeições oferecidas nas escolas.

O recebimento é uma etapa fundamental, tendo em vista que mesmo sendo provenientes de produção local, os alimentos devem estar dentro de um padrão de qualidade mínimo, que é atestado nesse momento de recepção das mercadorias.

O armazenamento dos produtos é uma etapa que visa manter ao máximo as qualidades e características dos alimentos recebidos, e o conhecimento de como acondicionar cada tipo de alimento é extremamente importante para evitar as perdas de produtos.

As etapas de separação, expedição e distribuição ocorrem de acordo com as demandas das escolas e creches e o cardápio que é definido para cada instituição, respeitando assim a autonomia do profissional de nutrição responsável pela merenda e a oferta de produtos gerados pela agricultura local.

ABSTRACT

In the last few years logistics has gained considerable relevance in terms of its importance as a strategic tool within private and public organizations. As regards the public sphere increasingly becomes necessary a special look aiming to optimize increasingly logistics of products for school feeding, since it is essential that food reaches schools and public kindergartens in the shortest space of time, with quality and in the necessary quantity, since it is a duty to guarantee this right to the students. Therefore, this article aims to describe the logistic process involved in school feeding in the municipality of Remígio - PB, in order to improve the service of this service to the community. The type of research used was descriptive of exploratory, bibliographical, documentary, qualitative and case study. For this purpose, interview was conducted with the aim of obtaining as much information as possible about the logistical process and also documentary analysis of the processes developed by Casa da Merenda in the acquisition, storage and distribution of food. It was verified that the entire logistical process of school nutrition in the municipality of Remígio, occurs satisfactorily in respect of all care that every step of the process requires, from the purchase of the items to the distribution of the municipal schools and kindergartens, not being detected no serious problems that come to affect the quality of the student's feeding.

Keywords: Logistics. Public Institution. Logistic Operations. School Feeding.

REFERÊNCIAS

ABERDEEN GROUP. **Supply management in the public sector: improvements required.** Boston, 2004. Disponível em: <www.aberdeen.com/c/report/other/SupplyMgmtPublicSector.pdf>. Acesso em: 2 dez.2017.

ASSINI, D. J. et al. **Logística no setor público**. Centro Universitário de Maringá. Núcleo de Educação a Distância: Logística no setor público. 167p. Maringá - PR. 2012.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. Nutr.** vol.22 no.5 Campinas Sept./Oct. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732009000500001&script=sci_arttext> Acesso em: 24 nov. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância – 2. ed., atual., 112 p. – Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008.

CARVALHO, A.T. et al. School meals program in the municipality of João Pessoa, Paraíba, Brazil: school meal cooks in focus. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.27, p.823-34, out./dez. 2008.

CERVATO-MANCUSO, A. M. et al. O papel da alimentação escolar na formação dos hábitos alimentares. **Rev. Paul. Pediatr.** v31(3), pp.324-30, 2013.

CHAVES, L. G; BRITO, R. R. **Políticas de alimentação escolar**. Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília. 88p. - (Profucionário - curso técnico de formação para os funcionários da educação). Brasília. 2006.

CLM - **Council of Logistics Management**. Disponível em: <<https://cscmp.org/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

COSTA, A.L. Sistema de compras públicas e privadas no Brasil. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 4, out./dez. 2000.

DIAS, L.B.; ESCOUTO, L. F. S. **Um breve histórico sobre alimentação escolar no Brasil**. 2016. Disponível em: <http://faip.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/o4JwjMco1wjDpkr_2016-10-10-18-1-0.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

DIAS, M. A. P. **Administração de Materiais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2010.

DICIONÁRIO DE LOGÍSTICA GS1 BRASIL. Disponível em: <http://www.faccamp.br/logistica/dicionario_logistica.pdf>. Acesso em 16 dezembro 2017.

FERNANDES, F. M. Alimentação e nutrição entre escolares: caso dos alunos de uma escola do município, Vitória – ES. 2006. 49 f. Monografia (Especialização em Nutrição Clínica) - Curso de Pós-Graduação em Nutrição Clínica, Universidade Veiga de Almeida, Vitória, 2006.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 32 de 10 de agosto de 2006. Estabelece normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, 2006. 32p.

JUNQUILHO, G. S. **Teorias da administração pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências em Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

MONTEIRO, J. C. **Logística aplicada à organização pública**. 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/logistica-aplicada-a-organizacao-publica/49928/>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

MOURA, W. A.; ARAÚJO, A. F. **Análise da implementação da agricultura familiar na merenda escolar de São Bentinho-PB**. Disponível em: <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/analise_da_implementacao_da_agricultura_familiar_na_merenda_escolar_de_sao_bentinhopb_1343401730.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

OLIVEIRA, L. S. **A importância da merenda escolar**. Instituto Estadual de Educação Cristóvão de Mendoza. 2013. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/umnovoolharparao futuro/turma-3101/a-importancia-da-merenda-escolar?tmpl=%2Fsystem%2Fapp%2Ftemplate.s...>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

POZO, H. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, E. J. **Aplicabilidade do planejamento logístico estruturado ao processo de transporte da merenda escolar no município de Moreira Sales**. 63p. Monografia de Especialização. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal. Goioerê - Paraná. 2012

SALGADO, T. T. **Logística: práticas, técnicas e processos de melhorias**. São Paulo: Senac, 2014.

SAKAI, Jurandir. **A importância da logística para a competitividade das empresas: estudo de caso na indústria do pólo de Camaçari**. 2005. 224 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/sasaki_dissertacao_final.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

STARKS, G. **The evolution and adoption of a supply chain focus in public organizations**. Contract Management, May 2006.

TOMPKINS, J. A.; WHITE, J. A. **Facilities planning**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1984.

VAZ, J. C.; LOTTA, G. S. A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil. **RAP** - Rio de Janeiro 45(1):107-39, jan./fev. 2011.

VIANA, J. J. **Administração de materiais** – um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VIANNA, R. P. T.; TERESO, M. J. A. O programa de merenda escolar de Campinas: análise do alcance e limitações do abastecimento regional. **Rev. Nutr.** v.13 n.1 Campinas. 2000.

WELTER, J. L. **A logística na administração pública**. 2006. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/a-logistica-na-administracao-Publica/11987>> Acesso em: 29 nov. 2017.

ZANCUL, Mariana de Senzi. **Consumo alimentar de alunos nas escolas de ensino fundamental em Ribeirão Preto**. 2004. 85f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2004.